

**A Política Editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a
a interdisciplinaridade na escrita dos monumentos**

Raul Amaro de Oliveira Lanari*

Resumo: A política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foco do presente estudo, apresentou, durante o Estado Novo, uma multiplicidade de autores, vindos de diferentes áreas e instituições de pesquisa, que procuraram, em suas análises, afirmar diferentes visões sobre o que constituiria o patrimônio histórico e artístico nacional. O presente trabalho, instalado na tênue fronteira entre uma história dos livros e das edições, uma história dos intelectuais e uma história das instituições de memória no Brasil, pretende analisar a dinâmica interna desta rede de instituições e pessoas, que contribuiu para esta que pode ser considerada a primeira coleção a versar sobre os valores de arte e história do Brasil.

Palavras Chave: Patrimônio Histórico; Edições; Intelectuais.

Criado pelo decreto-lei nº 25, assinado pelo presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, o SPHAN desenvolveu, em seus primeiros anos de atividade, uma série de práticas, conceitos e procedimentos que se consolidaram no que toca à política de proteção aos monumentos e sítios históricos no Brasil. A grande maioria dos autores que se detém na ação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo enfoca os bens tombados, a afirmação da corrente modernista no panorama intelectual brasileiro, ou mesmo a consolidação de uma concepção patrimonial que ficaria mais conhecida como a da “pedra e cal”. Centram-se nos monumentos protegidos, nas cidades históricas, na relação entre tradição e modernidade que marcou a visão “modernista” sobre o patrimônio. O SPHAN realizou, no entanto, uma tarefa de extrema importância na consolidação do

* Mestrando pela Universidade Federal de Minas Gerais, na linha “História e Culturas Políticas”, sob orientação da Prof^a Eliana Regina de Freitas Dutra.

patrimônio histórico como um campo do saber, e que se por um lado tem seu devido reconhecimento, por outro revela ainda muito por ser analisado. A política editorial do SPHAN enquadra-se em um cenário de configuração do campo intelectual no Brasil na década de trinta e quarenta, possuindo interfaces com os patamares do conhecimento científico, as concepções e definições conceituais em vigor nos diferentes domínios do conhecimento, em particular da história, da arquitetura, da antropologia e etnologia, e a institucionalização de uma política científica no Brasil (DUTRA: 2004, 35). Insere-se em um conjunto de estratégias utilizadas para a formação de uma “cultura da leitura”, e que integram o empreendimento da constituição de uma cultura brasileira.

Além disso, as *Revistas do SPHAN* e as diversas monografias publicadas pelo órgão constituem em si um elemento a mais de materialidade, conferindo legibilidade a um patrimônio que, na sua ausência, se configuraria apenas na memória coletiva (CERTEAU: 2007, 65-121). Teria sido de suma importância para a afirmação de uma “memória instruída pela história”(RICOEUR: 2008, 152-155). Foi através dos volumes editados que o SPHAN procurou disseminar o alcance e o conhecimento dos monumentos que elegeu. A longevidade da *Revista do SPHAN* e da publicação de monografias, que só foram interrompidas em 1969, com a saída de Rodrigo M.F de Andrade do SPHAN e de sua reestruturação administrativa, contribui também para atestar sua importância para os objetivos do órgão.

Os diferentes artigos e publicações lançados pelo SPHAN representam e significam diferentes grupos que acabam por criarem, conscientes ou não, uma nova memória histórica da nacionalidade. Em outras palavras, refletem um lugar social onde são produzidos. Tratando esta “escrita dos monumentos” como uma prática social, é possível lançar um olhar aprofundado sobre as características do meio intelectual no qual se desenvolveu a prática patrimonial no Brasil. As análises correntes sobre o teor dos artigos e monografias publicados pelos SPHAN tendem a ressaltar a abundância no tratamento das construções coloniais, de arquitetura civil e eclesiástica, com ênfase na arquitetura de grande porte. Ressaltam também o destaque dado aos monumentos

referentes à conquista portuguesa em terras brasileiras. A validade destas análises é indiscutível, porém creio ser possível identificar, dentro do mesmo corpus de textos, outras peculiaridades de suma importância para uma análise do campo do patrimônio histórico e artístico no Brasil das décadas de 30 e 40.

Neste sentido, gostaria de enfatizar, como resultado deste início de pesquisa entre os volumes publicados pelo SPHAN, o papel representado pelos museus na composição desta “coleção de monumentos”, bem como as diferentes modalidades de escritos, que refletiram diferentes olhares acerca do patrimônio histórico e artístico nacional.

Museus, Institutos, Academias.

Para além da corrente divisão da produção do SPHAN entre artigos sobre arquitetura religiosa e artigos sobre construções civis significativas na conquista do território brasileiro pelos portugueses, uma análise da procedência dos mesmos pode ajudar a lançar um olhar sobre a prática patrimonial no Brasil da época. Dentre os autores que publicaram artigos na *Revista*, vários possuíam vínculo com alguma instituição de pesquisa que não o SPHAN. Dentre estas, é possível destacar o Museu Nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu da Inconfidência, bem como o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, o Arquivo Público Mineiro, a Secretaria de Cultura de São Paulo e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – o IHGB.

O primeiro documento contendo a organização administrativa de um órgão especializado na identificação e proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro, o anteprojeto para a implantação do SPAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional) elaborado por Mário de Andrade, já versava sobre a cooperação entre o novo órgão e os museus já existentes. Este anteprojeto propôs a absorção destes museus para dentro da estrutura do novo órgão, com a expansão de uns e a desativação ou

reorganização de outros. Os museus teriam o papel de difundir entre as populações locais os monumentos da nacionalidade, bem como de informar o órgão central sobre as condições de preservação e utilização destes monumentos (ANDRADE: 1936, 22-23).

Não pretendo discutir até que ponto o anteprojeto de Mário de Andrade serviu de base para a organização do SPHAN, afinal só esta discussão – muito em voga atualmente – poderia tomar todo o espaço desta comunicação. O que importa no âmbito desta análise é que, se houve um local onde os museus e instituições de pesquisa realizaram esta tarefa, este foi a política editorial do SPHAN.

Em artigo publicado logo no primeiro volume da *Revista*, lançado no primeiro semestre de 1938, a antropóloga Heloísa Alberto Torres, pesquisadora do Museu Nacional, lança sua “contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil”. Trata-se de um longo artigo que discorre sobre os tipos de jazidas e sobre a melhor maneira de protegê-las, bem como os principais acervos arqueológicos públicos e privados. A antropóloga lamenta que

“(...) a não ser a campanha em prol da organização da Exposição Antropológica de 1882, não conste que já se tivesse realizado outra tentativa no gênero da que inicia o SPHAN. (...) No próprio Museu Nacional não há elementos para que se possa ir além de uma modesta campanha movida pelos naturalistas e mantida exclusivamente pelas suas possibilidades individuais.” (TORRES: 1938, 28).

O artigo, que teria como primeiro objetivo contribuir para um arrolamento das jazidas e coleções de arte arqueológica, cumpre também o papel de ressaltar a ação dos pesquisadores do Museu Nacional, pelo empenho mostrado no comprometimento dos próprios recursos para o inventário destas jazidas e obras, e do recém criado SPHAN, que viria suprir a necessidade de um órgão diretor que centralizasse as ações e estimulasse a pesquisa. É interessante notar que, ao destacar o papel dos pesquisadores do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres legitima a própria fala e a posição ocupada pela instituição da qual faz parte. Esta defesa não foi feita sem propósito. Quando da criação do SPHAN, uma das grandes discussões, travadas

entre a mesma Heloísa Alberto Torres e Mario de Andrade, dizia respeito à esfera de atuação do Museu Nacional, de sua remodelação e da transferência de sua sede. Tal defesa também é empreendida por outro pesquisador da mesma instituição, Raimundo Lopes, que em artigo na mesma edição da *Revista*, intitulado “A Natureza e os Monumentos Culturais”, afirma:

“Em suma, este ensaio, marco singelo no caminho das idéias e tentativas em prol dessa grande causa da cultura nacional, constitui uma prova – ao lado da participação da professora Heloísa Alberto Torres no Conselho de Fiscalização de Expedições Científicas e Artísticas – de que o Museu Nacional confirmou, neste caso, a sua tradição de contribuir para todas as iniciativas que têm renovado a vida cultural do Brasil.”(LOPES: 1938, 67)

Neste mesmo primeiro volume da *Revista*, há uma seção reservada para os museus. Pretendia-se com ela divulgar as ações empreendidas e as coleções disponíveis, disponibilizando para consulta os acervos destes museus. É interessante notar que a divisão em seções foi adotada apenas no primeiro volume da *Revista*, constando referências ao Museu Regional de Olinda, Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, e Museu David Carneiro, em Curitiba, que mereceria, dois anos mais tarde, uma publicação dedicada exclusivamente ao inventário de seu acervo.

A interrupção da divisão em seções não resulta no desaparecimento dos museus do âmbito da *Revista*. Seu segundo volume inicia com o artigo “Resumo Histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi”, de autoria de Carlos Estevão, pesquisador do mesmo museu. Em seu “resumo histórico” o autor resgata o início do museu no Império, quando ainda era denominado apenas “Museu Paraense” e enfrentou grandes dificuldades financeiras para se estabelecer. Estas dificuldades se estenderam até a primeira década do século XX, e são atribuídas a administrações que o levaram à condição das “pequenas repartições oficiais, sujeitas aos ditames e caprichos partidários” (ESTEVÃO: 1939, 12). A nomeação de Emílio Goeldi transforma o panorama da instituição, e novas seções são criadas, com o convite a vários profissionais estrangeiros para empreenderem pesquisas no museu. O museu vive um período de produção fértil, comprovada pelos “boletins” e “memórias” publicados. O

pedido de afastamento de Goeldi, em 1907, e a saída de seus companheiros levam o museu a mais um período de dificuldades, no qual perde seus principais profissionais para museus e instituições de pesquisa na Capital da República. A situação só melhora com a chegada da “segunda república” (Idem, 19), quando assume o cargo de diretor do museu o autor do artigo.

Trata-se, sem dúvida, de uma apresentação do museu que pretende associar tempos férteis à presença de profissionais competentes, que saibam organizar as atividades e conseguir apoio financeiro para custeá-las. A politicagem, a mentalidade da repartição pública, os caprichos dos partidos, por sua vez, levariam à derrocada. Estevão ainda alerta: “(...)mas, a história se repete. Ainda na atualidade, infelizmente, a política persiste em colocar nos Institutos científicos pessoas que ocupam cargos, sem entretanto, desempenhar suas funções” (ESTEVÃO: 1939,20). Confiando no atual governo, ao qual deve sua ascensão ao cargo de diretor, Estevão reitera que está certo de que “com o apoio do Dr. Getúlio Vargas, a quem o museu muito já deve, e do Dr. José Malcher, Governador do Estado”(Idem, Ibidem), será levado a cabo o esforço para que continue ativo o museu.

A presença nas páginas das publicações do SPHAN do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, do Arquivo Público Mineiro e do Museu da Inconfidência está ligada à figura de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. A *Revista* dedicou muitas de suas páginas à divulgação de documentos referentes não só a sua pessoa, mas também à mestres que o formaram ou o influenciaram, como seu pai, Manuel Francisco Lisboa, e o menos conhecido João Gomes Batista, italiano emigrado para Portugal e depois para o Brasil. Os autores que se dedicam ao estudo dos artífices e pintores em Minas Gerais e em Portugal no século XVIII são os mesmos que realizam a mesma tarefa em seus respectivos institutos e academias regionais: Salomão de Vasconcelos, diretor do IHGMG e diretor-chefe de sua revista, João Camillo de Oliveira Neto, membro do IHGMG, Augusto de Lima Júnior, do Arquivo Público Mineiro e Judite Martins, do Museu da Inconfidência, além de Afonso Arinos de Mello Franco e

do próprio Rodrigo M.F de Andrade. A atenção às obras de pintura e escultura, principalmente aos altares e oratórios, já existia dentro do IHGMG no início do século, e o Arquivo Público Mineiro, criado em 1895, era o local onde os pesquisadores se dirigiam para encontrar as “*reliíquias do passado*” (VASCONCELOS: 1940, 155). Reforçam a importância do Arquivo Público Mineiro as muitas referências à sua *Revista* em vários artigos, principalmente nos que são dedicados a levantamentos bibliográficos sobre a arte em Minas Gerais no século XVIII.

A Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo figura na *Revista* através dos artigos escritos pelo grupo de profissionais que acompanhou Mário de Andrade em viagens para o levantamento fotográfico visando um inventário das capelas e casarões do interior paulista. Destacam-se as figuras de Nuto Sant’Anna, de Luis Saia e do próprio Mário de Andrade, que, dentre os autores aqui tratados, são os que mais se aproximam de uma certa “visão modernista” do patrimônio, em conjunto com Lúcio Costa, que é um caso a parte.

O IHGB aparece em muitos dos artigos publicados na *Revista*, na forma de citações. A análise das notas de rodapé pode ser muito frutífera para se desvendar os esquemas que conferem legitimidade a determinadas instituições no âmbito da prática científica (CERTEAU: 2007, 142). Neste caso, além de constituir uma importante fonte de conhecimentos, principalmente através de sua centenária *Revista*, o IHGB aparece como um referencial a ser seguido, e que por sua vez confere autoridade para uma coleção que a tome como referência.

Múltiplos Olhares

Aparentemente sob a forma de um conjunto homogêneo de textos “*discursivos, descritivos e classificadores*”(CHUVA:2003,313), é possível perceber uma heterogeneidade de autores e de tipos de publicação que sugerem que o campo do patrimônio histórico manifestou, no *corpus* de textos que produziu, um vigoroso debate “científico” sobre a arte e a história brasileiras. A diversidade de modalidades

de publicação sugere também que esta política editorial, além do fato de ter sido a primeira grande publicação sistemática sobre arte e história do Brasil, teria manifestado a multiplicidade de saberes e de leitores que se interessavam pelo patrimônio histórico brasileiro. Através do ensaio cultural de Gilberto Freyre em *Mocambos do Nordeste*, do *Guia de Ouro Preto* de Manuel Bandeira, passando pelo *Diário do Engenheiro Vauthier*, pelo *Catálogo do Museu David Carneiro*, pelo compêndio sobre a *Arte Indígena da Amazônia* de Heloísa Alberto Torres ao ensaio póstumo sobre o *Padre Jesuíno de Monte Carmelo*, de Mário de Andrade, é possível entrever um extenso trajeto, que pode até ter por ponto final a supracitada coerência descritiva, mas que expressou a complexa dinâmica da institucionalização dos saberes e da formação do público leitor neste período através de diversos “protocolos de escrita e leitura” (CHARTIER: 1996,98).

Os Artigos da *Revista* demonstram ainda mais claramente esta multiplicidade de olhares. É possível encontrar, em um mesmo volume da *Revista*, artigos como “O Solar do Colégio”, de Alberto Lamego, “Pesquisa Etnológica sobre a Pesca Indígena no Maranhão”, de Raimundo Lopes, e o curioso “A Barraquinha de Euclides da Cunha”, de Francisco Venâncio Filho.

Em seu artigo, Alberto Lamego descreve um solar jesuítico carioca ressaltando seu passado glorioso e ressaltando ter-se dado em suas cercanias

“o cruzamento mais intenso dos etíopes e ameríncolas, tão difícil, dada a repulsa destes por aqueles. Cafusos, caribocas e xibaros multiplicavam-se e dali saíam clarificados, fusionando-se com o branco, para o perfeito metabolismo racial.” (LAMEGO: 1939, 88).

Continua seu artigo relatando as visitas ilustres que recebeu o solar, bem como as festividades que ocorriam quando do recebimento de visitas. A descrição destas festas carrega nas tintas, sugerindo um comportamento de admiração mútua entre as três raças, realçada pela plasticidade das danças. Relata também uma visita de D. Pedro II, acompanhado da Imperatriz e do Conde D’Eu, ao final da qual, o superior do local, “*em mais um gesto de grandeza, que teria umedecido os olhos do*

Magnânimo, teria decidido libertar os seus cinco melhores escravos, justamente aqueles que lhes fariam mais falta”(Idem, 92).

O final do artigo é emblemático. Lamego anuncia:

”O mundo vara o mais convulsivo período da evolução humana. Ameaçando a sociedade esboroar-se, hordas de aventureiros desesperados galgam as posições. (...) Tudo leva-nos a preconizar um encadeamento regressivo à barbárie. A brutalidade é a lei. O cinismo, o caminho. A calúnia, o meio. A exploração das massas, a ambição. A pilhagem dos cofres públicos, a vitória O dinheiro, o poder.

Diante deste panorama, no entanto, não deveria o homem de boa intenção desanimar. Havia, ainda disponíveis, quadros que nos remeteriam às mais engrandecedoras tradições altruísticas. Um deles seria o Solar do Colégio. O autor termina com uma saudação ao solar, que teria sido testemunha da história brasileira e acolhido as raças para nele realizarem uma síntese harmoniosa, exemplificada pela imagem do almirante de farda a beijar a mão de uma negra velha. O foco do autor está no passado exemplar, que remediaria os males do presente e do futuro.

O artigo de Raimundo Lopes versa sobre a diversidade de técnicas de pesca existentes na região do Maranhão, suas adaptações e convergências com elementos africanos e portugueses, além do cruzamento das informações obtidas com outros estudos, de autores estrangeiros. Percebe-se desde o início um tom mais sóbrio e propriamente “acadêmico” no texto. O artigo contém desenhos, fotografias e mapas explicativos, detalhando as peculiaridades da região. No final do artigo já uma pequena conclusão, sintetizando os resultados e propondo ações a partir deles:

“Não apreciemos a pesca brasileira pela atual modéstia de seu valor mercantil. O seu progresso econômico é uma das verdadeiras possibilidades econômicas do Brasil. E tem grande papel na vida do povo, mesmo com seus artefatos e processos tradicionais, que se ligam às três raças (...)” (LOPES: 1939,128)

Neste caso, é possível perceber que, se o pesquisador está olhando para o passado, não deixa de manifestar suas intenções, que estão no presente e se projetam em um futuro. Seria um desenvolvimento adaptado à formação cultural do povo.

Já o artigo de Francisco Venâncio Filho é curioso. Trata da “barraquinha de zinco” na qual Euclides da Cunha teria escrito os rascunhos d’Os Sertões, em São José do Rio Pardo. Para Francisco Venâncio Filho, haveria “uma variedade da geografia humana a que se poderia apelidar de geografia biográfica, evocativa dos lugares marcados pela passagem das grandes figuras” (VENÂNCIO FILHO: 1939, 256). A partir desta convicção, narra a ocasião em que Euclides se viu forçado a permanecer na barraquinha para a construção de uma ponte, e na qual teria iniciado a elaboração de sua obra de maior destaque. O artigo, que celebra a figura do escritor, é fruto do chamado “culto euclidiano”, existente na cidade de São José do Rio Pardo desde 1925, e que tem a barraquinha de zinco como sua maior relíquia.

São três perspectivas distintas, três pontos de partida distintos. Um aprofundamento da análise levando em conta os documentos internos do SPHAN será importante para desvendar a dinâmica interna destas publicações. Será preciso estudar Rodrigo M.F de Andrade como editor, como mediador de uma relação entre saberes, intelectuais e instituições. Será preciso lembrar – e aí a analogia com o presente é pertinente – que quem trabalha na área do patrimônio produz textos, que refletem sua própria posição no corpo social.

Bibliografia:

- Anderson, Benedict. Nação E Consciência Nacional, São Paulo, Editora Ática. 1989.
- Certeau, Michel De. A Escrita Da História. Rio De Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CHARTIER, Roger. Práticas Da Leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHUVA, Márcia. Fundando A Nação: A Representação De Um Brasil Barroco, Moderno E Civilizado. Topoi, V.4, N. 7, Jul-Dez 2003, Pg. 313-333.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial E Cultura Nacional. I Seminário Brasileiro Sobre O Livro E História Editorial. Fundação Casa de Rui Barbosa, Novembro De 2004. Disponível No Site www.fcrb.gov.br
- ESTEVÃO, Carlos. Resumo Histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi. Revista do SPHAN, Vol. 2, 1939.
- GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. A Retórica Da Perda : Os Discursos Do Patrimônio Cultural No Brasil. Rio De Janeiro: Ed. UFRJ/IPNAN, 1996.
- LAMEGO, Alberto. O Solar do Colégio. In.: Revista do SPHAN, Vol. 3, 1940.
- LOPES, Raimundo. Pesquisa Etnológica sobre a Pesca Indígena no Maranhão. In.: Revista do SPHAN, Vol. 3, 1940.
- RICOEUR, Paul. A Memória, A História, O Esquecimento. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.
- TORRES, Heloisa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. In.: Revista do SPHAN, Vol. 1, 1938.
- VASCONCELOS, Salomão de. Relíquias do Passado. In.: Revista do SPHAN, Vol. 3, 1940.
- VENÂNCIO FILHO, Francisco. A Barraquinha de Euclides da Cunha. In.: Revista do SPHAN, Vol. 3, 1940.